

◆ 1. Política Econômica

A balança comercial e a restrição externa: os desafios de médio e longo prazos

Um fato que tem chamado a atenção é a recente reversão do resultado da balança comercial. O ritmo de crescimento das importações no início de 2001 – associado, principalmente, ao crescimento acelerado do nível de atividade – superior à expansão das exportações, induziu a projeções de um déficit comercial significativo no fechamento do ano. Em abril, por exemplo, algumas projeções do mercado chegaram a estimar um déficit comercial de US\$ 1 a US\$ 3 bilhões para o ano de 2001.

Entretanto, a partir do segundo trimestre do ano, a situação começou a se alterar. A retração da economia dos EUA – que acabou “contagiando” as outras regiões do mundo –, a crise argentina e o racionamento de energia foram fatores importantes que induziram uma progressiva desaceleração do ritmo de crescimento da economia. Refletindo esta situação, observou-se uma expressiva melhora da balança comercial nos últimos meses, que tendo em vista a desaceleração do crescimento das exportações – em decorrência da retração da demanda internacional – explicou-se, principalmente, pela forte queda das importações. No comparativo mês/igual mês do ano anterior, as compras externas tinham registrado um crescimento de 40,5% em janeiro, que passou para uma queda de 8,0% em outubro. Vale agregar que, além da desaceleração do nível de atividade, o aumento da cotação cambial nos últimos meses também tem contribuído para a redução das importações.

A partir destes resultados, o Banco Central projeta um superávit comercial de US\$ 1,5 bilhão para 2000. Com isto estima-se um déficit de transações correntes de US\$ 24 bilhões em 2001, abaixo dos US\$ 26 bilhões projetados no início do ano. A média das projeções do mercado apontam para um superávit um pouco menor, de US\$ 1,2 bilhão – ver Tabela de Projeções Anuais no Anexo Estatístico.

Para 2002, as projeções indicam resultados ainda melhores: US\$ 5,0 bilhões (Banco Central) e US\$ 5,8 bilhões (média das projeções do mercado). Estes números levam em consideração um modesto crescimento das exportações combinado a uma redução das importações, como resultado de uma taxa de câmbio real mais depreciada e um crescimento econômico doméstico moderado. Esta perspectiva de melhora do resultado comercial que se refletiria em uma redução do nosso déficit em transações correntes é reconfortante, tendo em vista a perspectiva de entrada de um fluxo menor de IED no próximo ano.

Entretanto, o que esperar a médio e longo prazos? Certamente, a “vontade” generalizada de crescer da sociedade brasileira aspira a taxas de expansão do PIB superiores aos 2,0% a 3,0% esperados para o ano que vem. Neste sentido, uma solução sustentada para a nossa restrição externa ao crescimento prosseguirá sendo o grande desafio dos próximos anos.

Por um lado, isto dependerá do aumento expressivo das nossas exportações nos próximos anos. Além de uma taxa de câmbio mais favorável e das medidas já existentes de apoio à expansão das vendas externas – como o financiamento do BNDESEXIM, e os esforços de valorizar a marca Brasil e de promover uma maior divulgação dos produtos brasileiros –, é fundamental um aumento da “sophistication” da nossa pauta de exportações, o que, como a experiência internacional demonstra, implicará um aumento do conteúdo tecnológico de nossos produtos. É neste sentido que a construção de uma nova política industrial no Brasil deve privilegiar a expansão de nossa exportações nos próximos anos.

Por outro, a observação da nossa pauta de importações, sugere a relevância de um processo de substituição competitiva de importações. O atual coeficiente de importação da economia – resultante do processo de abertura

TABELA 1.1
COMPLEXO ELETRÔNICO:
BALANÇA COMERCIAL DO SETOR DE
COMPONENTES (US\$ MILHÕES)

	1996	1997	1998	1999	2000	2000(1)	2001(1)
Importações	2064	2335	2103	2204	3327	1487	1643
Diodos e Transistores (Semicondutores Discretos)	187	199	216	255	354	161	175
Circuitos Impressos	90	109	119	139	218	92	111
Circuitos Integrados	810	941	867	1060	1568	712	817
Cinescópios e Válvulas	533	522	393	286	524	235	226
Outros	445	565	509	465	664	287	315
Exportações	185	190	206	229	334	145	138
Diodos e Transistores (Semicondutores Discretos)	5	7	12	8	9	4	6
Circuitos Impressos	18	20	14	12	19	7	11
Circuitos Integrados	9	8	6	6	42	7	17
Cinescópios e Válvulas	79	83	102	135	180	93	71
Outros	75	72	72	69	84	35	34
Deficit	1879	2145	1897	1975	2993	1342	1505

Nota: (1) Janeiro a junho de cada ano.

Fonte: Artigo “Placas de circuito impresso: mercado atual e perspectivas”, dos autores Paulo Roberto Melo, Evaristo Rios e Regina Gutierrez, publicado no BNDES Setorial 14.

comercial dos anos 1990 e mais alto do que no passado – e o fato de a pauta ser “rígida”, no sentido de estar concentrada em produtos essenciais à retomada do crescimento (matérias-primas, bens intermediários e bens de capital), torna o nosso montante de compras externas extremamente sensível a uma aceleração do nível de atividade. Isto se torna mais significativo quando se observa a alta participação de componentes importados na produção dos setores que têm se destacado na economia. O complexo eletrônico, por exemplo, apesar de apresentar um crescimento expressivo de suas exportações, tem apresentado um déficit comercial crescente. No que diz especificamente à balança comercial do setor de componentes eletrônicos, em 2000 o déficit foi de cerca de US\$ 3 bilhões – ver Tabela 1.1. Até junho de 2001, o déficit acumulado era de US\$ 1,5 bilhão, acima dos US\$ 1,3 registrados em igual período de 2000. Sendo assim, em um horizonte mais amplo, as iniciativas de investimento em fornecedores nacionais de peças e componentes estimuladas pelo aumento da cotação cambial, poderão levar a um processo de substituição de importações de alguns produtos – principalmente, de bens intermediários e matérias-primas –, o que poderá colaborar para uma melhora do resultado comercial.

É importante ressaltar que a produção doméstica de bens que atualmente são importados não significa o retorno ao modelo econômico que prevaleceu no passado. A intenção não é “fechar” a economia, mas sim, “economizar” importações deixando espaço para que possa haver a compra externa de máquinas e equipamentos mais modernos, essenciais à retomada de uma trajetória de crescimento sustentado e a uma inserção mais competitiva do país em nível internacional. Este processo de substituição de importações garantiria ainda um aumento dos investimentos, com impacto positivo na geração de novos empregos na economia e, conseqüentemente, no nível de renda. Além disso, a produção interna de uma série de componentes poderia também aumentar o potencial exportador destes produtos pelo Brasil.

Parece essencial a explicitação de uma política industrial que priorize um maior dinamismo de nossas exportações combinado a um simultâneo processo de substituição competitiva de importações de peças e componentes. Isto aliviará a restrição externa ao crescimento brasileiro, podendo viabilizar taxas de expansão do PIB mais expressivas a médio e longo prazos.

ÍNDICE

- ◆ 2 - Nível de Atividade:
O INA de setembro.....2
- ◆ 3 - Inflação:
A evolução dos preços em
outubro.....3
- ◆ 4 - Finanças Públicas:
A participação dos títulos
públicos indexados ao dólar
aumenta novamente.....4
- ◆ 5 - Mercado Financeiro:
Projeções para o crescimento
da economia mundial.... 5
- ◆ 6 - Setor Externo:
Superávit comercial de
US\$ 1,5 bilhão no acumula-
do janeiro/outubro.....6
- ◆ 7 - Operações do BNDES
e da FINAME.....7
- ◆ 8 - Anexo Estatístico.....9

◆2 - Nível de Atividade

O desempenho do PIB por categorias de demanda

Na última divulgação do PIB trimestral, o IBGE passou a apresentar a estimativa do PIB segundo as categorias de demanda, que são: Consumo das Famílias; Consumo do Governo; Investimento; Exportação; e Importação. Dentre essas categorias, verificou-se que, na taxa dessazonalizada, o Investimento e Importação apresentam reduções de 21% e 5,5%, respectivamente no segundo trimestre de 2001, ante o primeiro trimestre do ano. No entanto, as categorias de Consumo das Famílias, Consumo do Governo e Exportações obtiveram crescimentos de 0,77%, 0,30% e 1,85% no período, ante uma relativa estabilidade do PIB total (0,02%).

O desempenho recente do nível de atividade

A produção física industrial do IBGE apresentou um crescimento real dessazonalizado de 0,2% em agosto de 2001 ante julho - ver Gráfico 2.1. Numa comparação com igual mês do ano anterior, esse índice mostra uma estagnação na produção, com o crescimento nulo. O acumulado desse ano até agosto demonstrou uma taxa positiva de 3,9%. Considerando os doze últimos meses, esse índice se eleva para 4,6%.

Ao observar esse índice por categorias de uso, nota-se que esse indicador está fortemente influenciado pela indústria de bens de capital, o qual demonstra um crescimento de 6,1% na taxa dessazonalizada de julho para agosto - ver Gráfico 2.2. O crescimento desse setor nesse último mês explica-se pela elevação da demanda por capital do setor elétrico, que se encontra em pleno investimento para solucionar a crise energética desse ano. Fora o setor de bens de capital, apenas o setor de bens de consumo semiduráveis é não duráveis demonstrou um crescimento de 1,7% na taxa dessazonalizada de agosto em relação a julho. Nos setores em declínio, o setor de bens de consumo duráveis se destaca com uma queda de 7,1% em agosto, o qual já demonstra esse mesmo comportamento decrescente mensal desde abril de 2001. Ao comparar com o igual mês de 2000, observa-se uma redução mais intensa no setor de bens de consumo duráveis, com uma queda de 14,5% de sua produção física. Entretanto, tanto no acumulado desse ano, quanto no acumulado dos últimos 12 meses, todas as categorias de uso demonstram uma elevação da produção, destacando-se o setor de bens de capital com crescimento acima de 16% em ambos acumulados.

O INA da FIESP também apresentou um crescimento de 0,2% na taxa dessazonalizada de julho para agosto. Todavia, numa comparação com o mesmo mês de 2000, esse indicador mostra uma retração de 3,8%. No acumulado do ano de 2001 até agosto, observa-se um aumento de 3,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Por último, as vendas reais da indústria da CNI apresentaram uma redução de 4,07% na taxa dessazonalizada de agosto em relação a julho. Já numa comparação com o igual mês de 2001, esse indicador mostra um crescimento de 10,94%. E, no acumulado desse ano, as vendas reais da indústria cresceram 15,10%.

O desempenho do comércio varejista

Segundo o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista apresentou em agosto uma retração de 0,28% comparado com o mesmo mês do ano anterior. No entanto, houve uma melhora no acumulado de 2000, o qual passou de uma taxa negativa de 1,36% no período de janeiro a julho para uma de 1,22% de janeiro a agosto.

O INA de setembro

Segundo a FIESP o INA apresentou em setembro um crescimento dessazonalizado de 0,5% ante agosto. Contra o mesmo mês de 2000, houve uma expansão de 8,4%. No ano até setembro, o indicador acumula um aumento de 4,8%, ante igual período do ano anterior.

A produção de autoveículos

A produção de veículos no Brasil em setembro foi de 137,3 mil unidades, o que correspondeu a uma queda de 11,9% em relação a agosto de 2001 e de 7,3% contra o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano há um aumento de 11,63% numa comparação com o período de janeiro a setembro de 2000 - ver Gráfico 2.3. Cabe ressaltar que o setor automotivo apresentou um aumento no total de veículos exportados de 3,7% no acumulado de janeiro a setembro, ante igual período do ano anterior.

A taxa de desemprego em setembro

A taxa de desemprego medida pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras foi de 6,2% em setembro de 2001, mostrando uma certa estabilização com relação ao mês anterior, que apresentou o mesmo percentual. Contudo, a taxa foi inferior aos 6,7% registrados em igual mês do ano anterior - ver Gráfico 2.4. No ano de 2001, a taxa média de desemprego ficou em 6,2% até setembro, abaixo dos 7,5% de 2000 como um todo.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN98=100

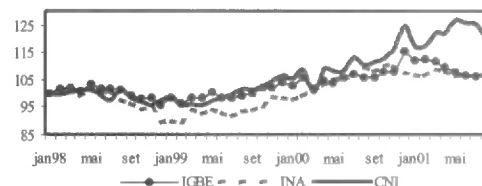
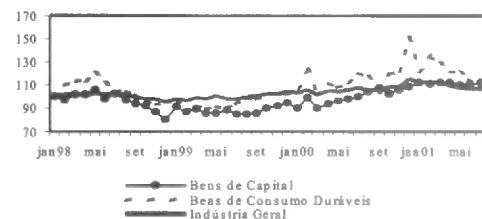


GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN98=100



Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
(EM MIL UNIDADES)

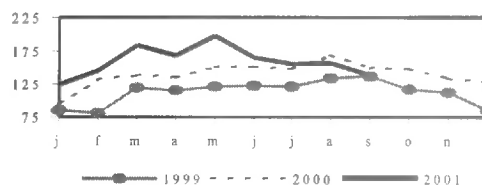
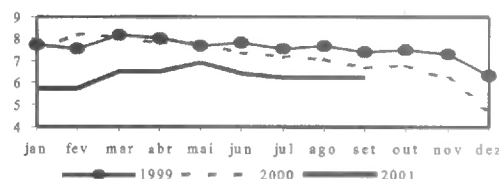


GRÁFICO 2.4
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - IBGE (%)



Fonte: IBGE.

◆3 - Inflação

Índices de preços de setembro e núcleo da inflação

Os índices de preço no mês de setembro continuaram mostrando reduções da inflação em comparação com o mês anterior. Em setembro, o IGP-DI apresentou uma variação de 0,38% e o IPC-PIPE, de 0,32%; contra 0,9% e 1,15%, respectivamente, em agosto – ver Tabela 3.1. O IPCA apresentou o valor de 0,28% em setembro desse ano. A inflação média desses três índices de preço foi de 0,33% em setembro, inferior à média do mês de agosto, que apresentou o valor de 0,92%. No acumulado de doze meses, esse índice mostra uma média de 7,19%, ligeiramente inferior ao mês anterior (7,27%) – ver Gráfico 3.1.

O núcleo de inflação também apresentou uma redução em setembro, ante o mês anterior – ver Tabela 3.2. Contudo, a taxa de variação acumulada em 12 meses até setembro foi de 6,06%, acima dos 5,67% registrados no acumulado em 12 meses até agosto – ver Gráfico 3.2.

A evolução dos preços em outubro

O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrisssemana de outubro, um variação nos preços de 0,52%, frente a variação de 0,32% registrada em todo o mês anterior. O principal item de aumento do índice foi o de Alimentação, como uma elevação dos preços de 1,31%. O destaque neste item foi a carne bovina, que aumentou 6,6%, contribuindo com 0,16 ponto percentual no índice. No entanto, o grande vilão da terceira quadrisssemana foi o cigarro,

TABELA 3.1
INFLAÇÃO MENSAL (%)

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
jan99	1,15	0,70	0,50	0,78
fev	4,44	1,05	1,41	2,30
mar	1,98	1,10	0,56	1,21
abr	0,03	0,56	0,47	0,35
mai	-0,34	0,30	-0,37	-0,14
jun	1,02	0,19	-0,08	0,38
jul	1,59	1,09	1,09	1,26
ago	1,45	0,56	0,74	0,92
set	1,47	0,31	0,91	0,90
out	1,89	1,19	1,13	1,40
nov	2,53	0,95	1,48	1,65
dez	1,23	0,60	0,49	0,77
jan00	1,02	0,62	0,57	0,74
fev	0,19	0,13	-0,23	0,03
mar	0,18	0,22	0,23	0,21
abr	0,13	0,42	0,09	0,21
mai	0,67	0,01	0,03	0,24
jun	0,93	0,23	0,18	0,45
jul	2,26	1,61	1,40	1,76
ago	1,82	1,31	1,55	1,56
set	0,69	0,23	0,27	0,40
out	0,37	0,14	0,01	0,17
nov	0,39	0,32	-0,05	0,22
dez	0,76	0,59	0,26	0,54
jan01	0,49	0,57	0,38	0,48
fev	0,34	0,46	0,11	0,30
mar	0,80	0,38	0,51	0,56
abr	1,13	0,58	0,61	0,77
mai	0,44	0,41	0,17	0,34
jun	1,46	0,52	0,85	0,94
jul	1,62	1,33	1,21	1,39
ago	0,90	0,70	1,15	0,92
set	0,38	0,28	0,32	0,33

GRÁFICO 3.1

INFLAÇÃO
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES (%)

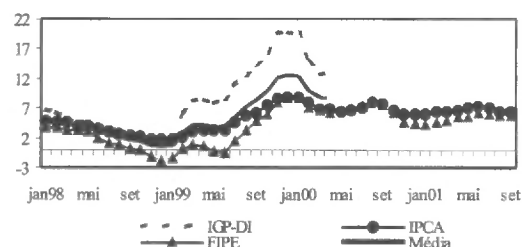


GRÁFICO 3.2

NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES

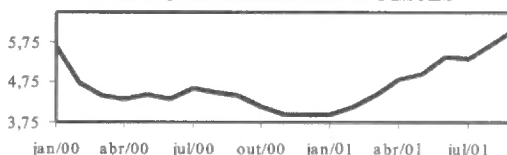


TABELA 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)

	IPC/FGV		NÚCLEO	
	Mês	12 meses	Mês	12 meses
jan/00	1,01	9,52	0,45	5,62
fev	0,05	8,04	0,17	4,73
mar	0,51	7,57	0,24	4,42
abr	0,25	7,28	0,26	4,31
mai	0,40	7,63	0,39	4,44
jun	-0,01	6,92	0,16	4,33
jul	1,91	7,67	0,74	4,60
ago	0,86	8,08	0,27	4,49
set	0,04	7,92	0,13	4,39
out	0,02	6,95	0,21	4,12
nov	0,40	6,19	0,35	3,94
dez	0,62	6,21	0,50	3,94
jan/01	0,64	5,82	0,44	3,93
fev	0,40	6,19	0,36	4,12
mar	0,56	6,25	0,53	4,43
abr	0,86	6,89	0,64	4,82
mai	0,41	6,90	0,52	4,96
jun	0,52	7,47	0,56	5,38
jul	1,36	6,89	0,70	5,33
ago	0,54	6,55	0,59	5,67
set	0,12	6,64	0,50	6,06

com aumento de 14,4%. O impacto total do reajuste do cigarro no índice será de 0,20 ponto percentual, sendo que a metade em outubro, e a outra em novembro. O único item a mostrar deflação foi a saúde, com uma redução nos preços de 0,36%.

Para o fechamento do mês de outubro, a Fipec projeta uma variação dos preços um pouco acima de 0,52%. Esse resultado elimina a possibilidade do índice fechar o ano ligeiramente abaixo dos 6%.

O IGP-M em outubro

Em outubro, o IGP-M registrou uma taxa de variação de 1,18%, acima do 0,31% de setembro. No ano até outubro, esse índice apresenta uma variação acumulada de 8,94%. Nos últimos 12 meses até setembro, a inflação acumulada desse índice atingiu 9,95%.

O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram em outubro, respectivamente, taxas de inflação de 1,53%, 0,52% e 0,92%, respectivamente.

◆4 - Finanças Públicas

As NFSP em 2001

O déficit público nominal – sem considerar a desvalorização nominal – foi de 2,32% do PIB no acumulado janeiro-setembro de 2001, ante os 3,15% do PIB de igual período de 2000, e os 3,64% do PIB em todo o ano de 2000 – ver Tabela 4.1.

As despesas com os juros nominais sobre a dívida pública atingiram 7,05% do PIB no período, contra os 7,58% do PIB de janeiro-setembro de 2000, e os 7,19% do PIB em 2000.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,73% do PIB no acumulado no ano até setembro, ante um superávit de 4,71% do PIB em janeiro/setembro de 2000, e os 3,55% do PIB em 2000 como um todo. No acumulado em 12 meses até setembro, o superávit primário consolidado do setor público atingiu 3,77% do PIB, superando a meta de 3,35% do PIB para todo o ano de 2001, acertada no novo acordo com o FMI.

A evolução das receitas federais

Segundo a Secretaria da Receita Federal (SRF), a arrecadação apresentou uma expansão real de 3,4% em setembro de 2001, ante o mesmo mês de 2000 – ver Tabela 4.2. No acumulado janeiro/setembro, a arrecadação registrou um crescimento real de 1,7%, ante igual período de 2000.

A participação dos títulos públicos indexados ao dólar aumenta novamente

A participação dos títulos indexados ao câmbio no total de títulos públicos federais voltou a aumentar em setembro, atingindo 31,4%, contra os 28,8% registrados em

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - em % do PIB SEM DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL

	2000		2001
	jan-set	ano	jan-set
Nominal	3,15	3,64	2,32
Governo Central	0,88	1,44	-0,06
Governo Federal	1,31	2,03	0,69
Banco Central	0,21	0,25	-0,30
Empresas Estatais Federais	-0,64	-0,84	-0,44
Governos Regionais	2,27	2,20	2,38
Governos Estaduais	1,90	1,82	1,97
Governos Municipais	0,31	0,27	0,10
Empresas Estatais Estaduais	0,04	0,09	0,30
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,01	0,01
Juros Nominais	7,58	7,19	7,05
Governo Central	4,42	4,29	3,28
Governo Federal	4,17	4,00	3,63
Banco Central	0,17	0,21	-0,36
Empresas Estatais Federais	0,08	0,08	0,01
Governos Regionais	3,16	2,91	3,77
Governos Estaduais	2,47	2,26	2,73
Governos Municipais	0,45	0,41	0,40
Empresas Estatais Estaduais	0,22	0,23	0,62
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,02
Primário	-4,71	-3,55	-4,73
Governo Central	-3,33	-2,84	-3,34
Governo Federal	-3,80	-2,88	-3,81
Banco Central	0,05	0,04	0,05
INSS	0,87	0,92	0,87
Empresas Estatais Federais	-0,45	-0,92	-0,45
Governos Regionais	-1,38	-0,71	-1,39
Governos Estaduais	-0,76	-0,43	-0,76
Governos Municipais	-0,30	-0,14	-0,30
Empresas Estatais Estaduais	-0,32	-0,14	-0,32
Empresas Estatais Municipais	-0,01	0,00	-0,01

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-) = superávit

agosto – ver Tabela 4.3. O crescimento da participação é mais significativo em comparação à média de 21,7% registrado no ano de 2000. Os títulos indexados a taxa over/SELIC continuaram apresentando a maior participação, que foi de 49,3% do total em setembro de 2001. Os títulos pré-fixados, por sua vez, registraram uma participação de 9,1% do total, em setembro de 2001.

A dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 51,1% do PIB em setembro de 2001, um valor superior aos 45,1% do PIB registrados em 2000 – ver Tabela 4.4. Incluindo-se a base monetária, a dívida líquida atingiu 54,8% do PIB.

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS a preços de setembro de 2001

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)		
	Ago	Set	Jan/Set	Set01/Ago01	Set01/Set00	Jan/Set01/Jan/Set00
2000	19014	15092	146973	-	-	-
2001	16962	15601	149421	-8,0	3,4	1,7

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS: PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001(set)
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	21,7	31,4
SELIC	16,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,4	49,3
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,3	9,1
IGP/IGP-M	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,9	6,6
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	4,7	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central.

TABELA 4.4
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1996	1997	1998	1999	2000	2001 (set)
Dívida interna	27,0	26,4	32,5	34,4	35,4	39,5
Governo Central	12,0	13,1	17,2	17,7	19,2	21,5
Gov. estaduais e municipais	11,1	12,4	14,0	15,5	15,3	17,2
Empresas estatais	3,9	0,9	1,3	1,2	0,9	0,8
Dívida externa	3,9	4,3	6,4	10,4	9,7	11,6
Governo Central	1,6	1,9	4,3	8,0	7,5	8,9
Gov. estaduais e municipais	0,4	0,5	0,7	0,9	0,9	1,2
Empresas estatais	1,9	1,9	1,4	1,5	1,3	1,5
Dívida total	30,9	30,7	38,9	44,8	45,1	51,1
Governo Central	13,6	15,0	21,5	25,7	26,7	30,4
Gov. estaduais e municipais	11,5	12,9	14,7	16,4	16,2	18,4
Estados	n.d.	11,1	12,7	14,2	14,1	16,2
Municípios	n.d.	1,8	2,0	2,2	2,1	2,2
Empresas estatais	5,8	2,8	2,7	2,7	2,2	2,3
Federais	2,5	1,0	0,5	0,3	-0,4	-0,8
Estaduais	3,2	1,7	2,1	2,2	2,4	2,9
Municipais	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Base monetária	2,4	3,6	4,4	4,6	4,2	3,7
Dívida total com base monetária	33,3	34,3	43,3	49,4	49,3	54,8

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

As taxas de juros básicas prosseguem inalteradas

Na última reunião do Copom - realizada ao longo dos dias 16 e 17 de outubro-, o Banco Central decidiu manter a taxa Selic estável em 19,0% ao ano - ver Gráfico 5.1. Ainda que a atual desaceleração do nível de atividade exerça uma pressão baixista sobre a inflação, o Banco Central continua cauteloso na condução da política monetária, tendo em vista os riscos potenciais de repasse do aumento da cotação cambial para os preços finais. Além disso, o cenário externo prossegue apresentando um considerável grau de incerteza. A economia internacional demonstra sinais claros de desaceleração do crescimento, movimento que se aprofundou após os atentados aos EUA ocorridos em setembro.

O índice de confiança do consumidor do Conference Board dos EUA teve uma queda maior do que a esperada pelo mercado em outubro, atingindo o pior nível desde 1994. O indicador que tinha sido de 97,0 em setembro, caiu para 85,5 em outubro. Um dado positivo foi a divulgação da queda real anualizada de 0,4% do PIB no terceiro trimestre, abaixo do 1,0% esperado pelo mercado. Nas outras regiões do mundo, também permanece o movimento de desaceleração do crescimento. Tendo em vista o comportamento favorável da inflação na Europa, há expectativas de uma nova redução das taxas de juros por parte do BCE e do Banco da Inglaterra nos próximos dias. Espera-se, também, uma nova redução das taxas básicas do FED dos EUA.

Como resultado da continuidade de desaceleração do crescimento da economia mundial, a cotação do petróleo continuou apresentando ao longo de outubro uma tendência de queda - ver Gráfico 5.2.

No mercado futuro, as taxas de juros DI, anualizadas, projetadas para novembro, dezembro de 2001 e janeiro de 2002 fecharam, em 31/10, em 19,70%, 20,53% e 21,21%, respectivamente.

A evolução do spread de risco

O spread médio de risco soberano do Brasil (*Par bond*) - pontos básicos sobre o bônus do Tesouro dos EUA de características semelhantes - voltou a aumentar em outubro, passando de 1244 para 1333 - ver Gráfico 5.3 e Tabela 5.1.

O Mercado de Câmbio

No dia 31/10, a cotação da Ptax (venda) foi de R\$ 2,7071, ante os R\$ 2,6713 registrados no final do mês de setembro, o que representou um aumento de 1,34% no mês - ver Gráfico 5.4. Com este resultado, a desvalorização nominal do Real acumulada no ano até outubro foi de 38,44%. Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de dezembro tiveram em 31/10, uma cotação de R\$ 2,7454.

Novo "pacote" argentino

No Brasil, o mercado financeiro recebeu de forma favorável o novo pacote argentino, que implicará a reestruturação da dívida daquele país. A principal medida diz respeito a uma redução do nível dos juros incidentes sobre a dívida dos 11% a 18% ao ano atuais para 7% ao ano. Quanto às medidas de incentivo ao aumento dos gastos, destaca-se a redução de 5% a 11% das contribuições que os trabalhadores pagam aos fundos de pensão.

Projeções para o crescimento da economia mundial

O Banco Mundial divulgou recentemente as novas projeções de crescimento para 2001 e 2002. A economia mundial deverá crescer 1,3% e 1,6% em 2001 e 2002, respectivamente. A expectativa é de que haja um crescimento de 1,0% e 4,0% em 2001 e 2002 do volume de comércio mundial. A projeção de crescimento para a zona do euro é de 1,5% e 1,3%, respectivamente, em 2001 e 2002. Os EUA, por sua vez, deverão se expandir em 1,1% e 1,0%, em 2001 e 2002, respectivamente. Para o Japão, as projeções são de uma queda do PIB de 0,8% em 2001 e um crescimento de 0,1% em 2002. Em relação aos países em desenvolvimento, as projeções são mais otimistas, apontando para um crescimento de 2,9% em 2001 e de 3,7% em 2002.

GRÁFICO 5.1
TAXA SELIC (%)

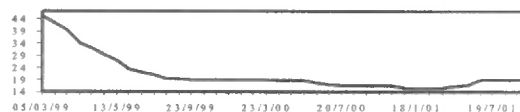


GRÁFICO 5.2
PREÇO DA CESTA DE PETRÓLEO



GRÁFICO 5.3
SPREAD DE RISCO SOBERANO

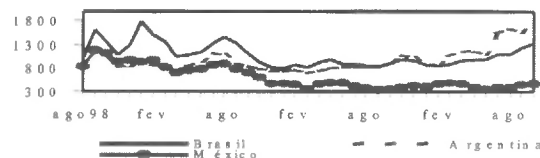
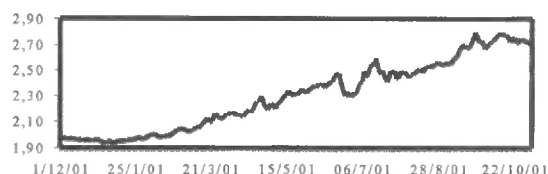


TABELA 5.1
SPREAD DE RISCO SOBERANO

Mês	Médias Mensais: Par-bond			
	Brasil	Argentina	México	
1999	1233	901	769	
2000	895	857	423	
jan/00	802	745	474	
fev/00	880	784	462	
mar/00	818	715	365	
abr/00	937	757	477	
mai/00	991	813	500	
jun/00	898	841	493	
jul/00	874	838	412	
ago/00	853	854	376	
set/00	834	840	335	
out/00	906	957	366	
nov/00	986	1098	391	
dez/00	959	1045	431	
jan/01	875	891	421	
fev/01	848	901	479	
mar/01	895	1075	487	
abr/01	966	1181	464	
mai/01	991	1181	392	
jun/01	979	1129	348	
jul/01	1093	1552	387	
ago/01	1095	1648	403	
set/01	1244	1585	459	
out/01	1333	1801	477	

GRÁFICO 5.4
Ptax VENDA



◆6 - Setor Externo

Superávit comercial de US\$ 1,5 bilhão no acumulado janeiro/outubro

A balança comercial registrou em outubro um superávit de US\$ 248 milhões, com exportações de US\$ 5,002 bilhões e importações de US\$ 4,754 bilhões.

Com este resultado, a balança comercial acumulou no período janeiro/outubro de 2001 um superávit de US\$ 1,5 bilhão, contra um superávit de US\$ 149 milhões registrado em igual período de 2000. De janeiro a outubro, as exportações apresentaram um crescimento acumulado de 7,3% e as importações, de 4,3%, ante igual período de 2000. No acumulado em 12 meses até outubro, as exportações apresentaram um crescimento de 6,8% e as importações expandiram-se em 5,3% - ver Gráfico 6.1.

Exportações e Importações Desagregadas em Setembro

Na comparação do acumulado até setembro de 2001 com o de 2000, observa-se um crescimento de 7,2% e 5,9% nas exportações e importações brasileiras, respectivamente - ver Tabelas 6.1 e 6.2.

Com relação às exportações, a categoria de produtos básicos mereceu destaque, pois apresentou um aumento de 23,1% nesse acumulado. Esse resultado foi influenciado pelos embarques de produtos agrícolas encerrados nesse mês. Já o setor de semimanufaturados mostrou uma redução no

GRÁFICO 6.1
VARIAÇÃO DO ACUMULADO EM 12 MESES(%)

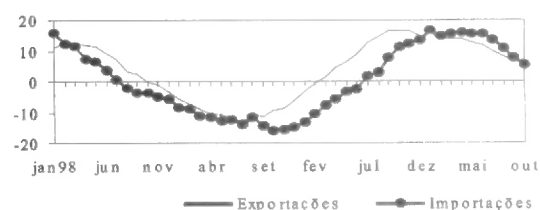
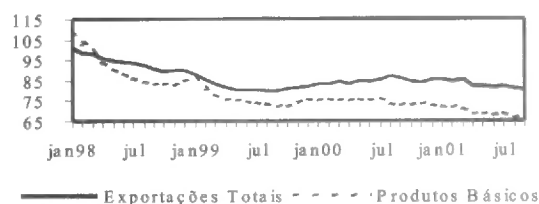


GRÁFICO 6.2
ÍNDICES DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES
FUNCEX - 1996=100



acumulado de 3,7%. Os produtos manufaturados, por sua vez, apresentaram um crescimento de 2,8% no acumulado de janeiro a setembro deste ano, em relação a igual período de 2000. De fato, a taxa de crescimento das exportações de manufaturados vem caindo ao longo do ano, após atingir 20% em janeiro, declinou para 2,8% no acumulado até setembro.

No que diz respeito às importações, as categorias de bens de capital e matérias-primas e produtos intermediários apresentaram reduções do crescimento no acumulado desse ano, apresentando taxas de 15,4% e 2,6%, inferiores aos 54,4% e 27,6% registrados em janeiro. Uma explicação para isso é a desaceleração do nível de atividade da economia brasileira nesse ano.

Preços das exportações continuam desfavoráveis

Os preços das exportações, principalmente de *commodities*, continuam caindo por causa da desaceleração da economia internacional.

De acordo com a Funcex, os preços das exportações reduziram em 6,2% em setembro de 2000 ao compará-lo como mesmo mês do ano passado - ver Gráfico 6.2. No acumulado de janeiro-setembro de 2001, os preços das exportações registraram uma queda de 2,2%, ante o mesmo período de 2000. Os destaques dessa diminuição foram os preços dos produtos básicos e semimanufaturados, com redução acumulada de 7,7% e 7,9%, respectivamente, no período janeiro-setembro.

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan-Set		Var. %
	2001	2000	
Básicos	11.894	9.659	23,1
Industrializados	30.975	30.534	1,4
Semimanufaturados	6.084	6.316	-3,7
Manufaturados	24.892	24.218	2,8
Ops. Especiais	1.501	1.206	24,4
Total	44.370	41.399	7,2

Fonte: Secex.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan-Set		Var. %
	2001	2000	
Mat. primas e bens interm.	21.651	21.097	2,6
Combust. e lubrificantes	4.687	4.534	3,4
Bens de capital	11.295	9.786	15,4
Bens de consumo	5.490	5.308	3,4
Não-duráveis	2.678	2.891	-7,4
Automóveis	1.174	809	45,1
Outros duráveis	1.637	1.610	1,7
Total	43.125	40.728	5,9

Fonte: Secex.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou um crescimento real de 31% no acumulado em 12 meses até setembro de 2001 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma expansão real de 74%, no período.

O valor das aprovações do BNDES aumentou 35% em termos reais no acumulado em 12 meses até setembro de 2001. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma expansão real de 82% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 11% no acumulado em 12 meses até setembro. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma expansão real de 36% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 17,5 bilhões no acumulado no ano até setembro de 2001, ante os R\$ 13,9 bilhões registrados em igual período de 2000, ambos a preços de setembro de 2001 - ver Tabela 7.1. A FINAME registrou um crescimento de 46% de seus desembolsos. O BNDES apresentou um aumento real de 35% dos desembolsos no período. Este resultado decorreu principalmente do desempenho das operações indiretas, que registraram uma expansão real de 47% de suas liberações. As operações diretas, por sua vez, apresentaram um crescimento real de 22% de seus desembolsos no acumulado janeiro-setembro de 2001, ante igual período de 2000. A BNDESPAR apresentou uma queda real de 55% de seus desembolsos no período.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1999 pode ser observada na Tabela 7.2. No período de janeiro a setembro de 2001, os destaques foram a indústria de transformação e a agropecuária, com crescimento real de 50% e 33%, respectivamente, de seus desembolsos. O setor de infra-estrutura, por sua vez, apresentou uma expansão real de 8%. Finalmente, o setor de serviços apresentou uma redução real de 22% de seus desembolsos.

No período janeiro/setembro de 2001, as liberações para a indústria de transformação registraram a maior participação - de 54% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	2001	2000	Var. %
BNDES	9.973	7.380	35
Op. Diretas	4.265	3.493	22
Op. Indiretas	5.707	3.888	47
FINAME	6.678	4.573	46
BNDESPAR	873	1.955	-55
Total	17.524	13.912	26

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Valores acumulados até setembro de cada ano, a preços de setembro de 2001 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
CRESC. REAL ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Meses	Em %			
	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSE. ESTRUTURA	SERVIÇOS
jan99	46	-13	-62	25
fev	-25	12	-67	-11
mar	-19	6	-31	3
abr	-13	8	-59	-4
mai	-5	5	-57	-2
jun	-1	11	-57	-15
jul	1	8	-61	-17
ago	6	1	-59	-21
set	-4	-5	-58	-23
out	-6	-2	-55	-22
nov	-14	-5	-47	-17
dez	-14	0	-30	-17
jan00	-2	-26	72	-5
fev	2	-25	21	32
mar	-14	-9	-29	1
abr	-9	-15	-30	11
mai	0	-15	-48	11
jun	8	-20	-34	14
jul	10	-17	27	-8
ago	14	-17	14	18
set	20	-16	7	18
out	25	0	1	-1
nov	21	10	20	11
dez	30	10	15	9
jan/01	66	129	-44	-15
fev	53	64	-38	-35
mar	61	80	-26	-15
abr	56	76	-21	-17
mai	43	79	20	-21
jun	41	62	17	-23
jul	41	50	-30	-12
ago	33	55	5	-26
set	33	50	8	-22

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	2000	2001	Var. %	Part%
TOTAL	13909	17524	26	100,0
AGROPECUÁRIA	1485	1970	33	11,2
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	6293	9432	50	53,8
METALURGIA	1581	1427	-10	8,1
MECÂNICA	507	938	85	5,4
MATERIAL DE TRANSPORTE	1984	3232	63	18,4
CELULOSE E PAPEL	178	844	374	4,8
QUÍMICA, P.F., PERF.S. E VELAS	267	490	83	2,8
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	823	1596	94	9,1
OUTRAS	952	906	-5	5,2
INFRA-ESTRUTURA	4422	4789	8	27,3
SERVIÇOS	1585	1237	-22	7,1
OUTROS	126	96	-24	0,5

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Valores acumulados até setembro de cada ano, a preços de setembro de 2001 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1

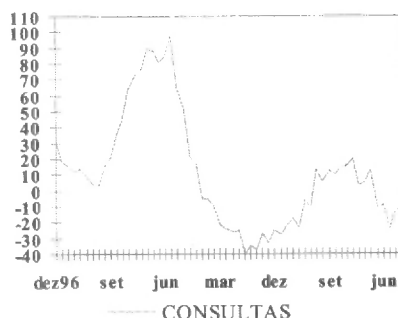


GRÁFICO 7.2

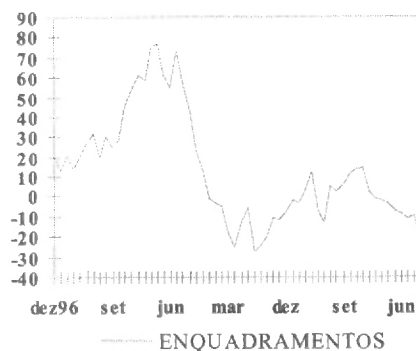


GRÁFICO 7.4

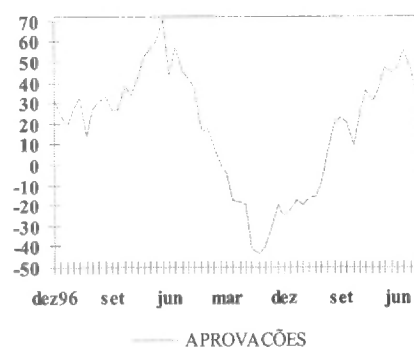
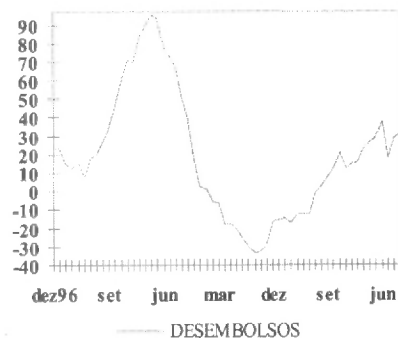


GRÁFICO 7.6



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.3

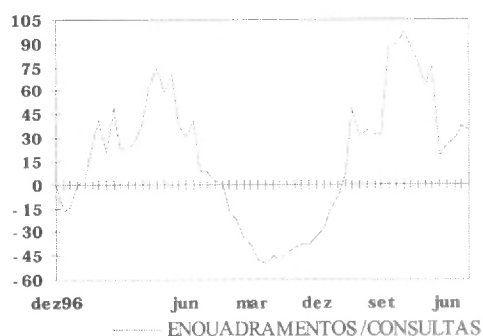


GRÁFICO 7.5

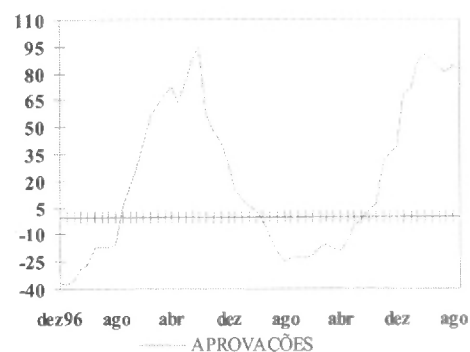
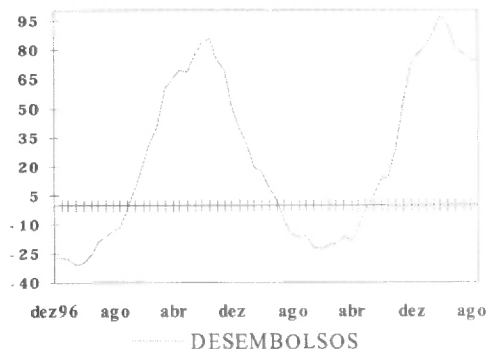


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS INDICADORES

	IGP-M / FGV			Dólar Comercial (var.%) (1)			UMBNDDES (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	-0,62	-0,62	-9,00
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35	-2,53	-3,13	-15,55
mar	0,15	1,75	13,74	-1,20	-2,33	1,47	-0,28	-3,41	1,36
abr	0,23	1,98	13,20	3,40	0,99	8,79	1,51	-1,95	7,39
mai	0,31	2,30	13,88	1,10	2,10	5,95	1,61	-0,37	5,78
jun	0,85	3,17	14,44	-1,46	0,61	1,72	-0,86	-1,23	2,26
jul	1,57	4,79	14,46	-1,40	-0,80	-0,81	-2,42	-3,62	-2,99
ago	2,39	7,29	15,39	2,74	1,92	-4,83	2,50	-1,21	-7,72
set	1,16	8,54	15,06	1,11	3,05	-4,09	0,75	-0,47	-8,07
out	0,38	8,95	13,57	3,54	6,70	-2,25	2,90	2,41	-6,95
nov	0,29	9,26	11,24	2,65	9,53	1,92	2,75	5,23	-2,21
dez	0,63	9,95	9,95	-0,21	8,48	9,30	-0,01	5,22	5,22
jan/01	0,62	0,62	9,28	0,80	0,80	9,35	0,47	0,47	6,38
fev	0,23	0,85	9,15	3,76	4,59	15,64	3,49	3,98	12,95
mar	0,56	1,42	9,59	5,69	10,54	23,70	3,90	8,03	17,66
abr	1,00	2,43	10,44	1,07	11,72	20,92	1,51	9,66	17,66
mai	0,86	3,31	11,04	8,02	20,68	29,19	8,21	18,67	25,33
jun	0,98	4,32	11,19	-2,33	17,87	28,05	-2,98	15,13	22,64
jul	1,48	5,87	11,09	5,48	24,33	36,99	5,66	21,64	32,79
ago	1,38	7,33	9,99	4,95	30,49	39,93	6,31	29,32	37,74
set	0,31	7,66	9,07	4,69	36,61	44,89	4,75	35,24	42,97
oct	1,18	8,93	9,94	1,34	38,44	41,81	-	-	-

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								IED		NFSP (% PIB)		Exportações (US\$ bilhões)		Importações (US\$ bilhões)		B. Comercial (US\$ bilhões)		Saldo em C. Corrente (US\$ bilhões)	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002												
BBM	1,0	2,5	-	-	-	-	-	-	18,1	15,0	-3,4	-3,0	58,5	61,0	57,0	54,0	1,5	7,0	-24,6	-19,3
BBV	1,7	1,1	-1,6	1,1	4,9	4,4	2,7	1,7	18,6	15,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-24,0	-21,4
Citibank	1,5	1,0	-	-	-	-	-	-	20,0	15,0	-3,5	-3,5	58,8	59,6	58,3	54,6	0,4	5,0	-25,2	-20,1
Fator	1,4	2,5	-0,8	1,9	4,0	4,5	2,4	2,4	18,0	13,0	-3,7	-3,5	58,6	63,6	57,8	60,8	0,8	2,8	-25,1	-24,5
Garantia	1,6	1,0	-0,3	0,1	3,5	3,1	2,3	1,3	20,0	13,0	-3,5	-3,5	57,8	60,5	56,8	55,5	1,0	5,0	-24,0	-20,0
JP Morgan	1,3	1,0	0,7	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	58,0	55,0	56,5	45,0	1,5	10,0	-24,2	-17,2
Macrométrica	2,4	3,0	1,8	2,7	1,7	3,3	2,9	3,0	21,0	20,0	-3,7	-3,5	57,3	51,8	56,0	47,4	1,3	4,4	-22,2	-15,8
MCM Consultores	2,0	1,6	0,3	0,4	4,5	2,7	2,5	2,3	-	-	-3,4	-3,5	58,5	62,1	57,1	55,3	1,4	6,8	-24,4	-19,1
Rosemberg	1,3	0,5	0,1	-0,8	4,0	4,3	1,9	0,8	-	-	-3,4	-3,5	57,5	58,0	56,0	50,0	1,5	8,0	-24,5	-20,1
Tendências	2,0	2,5	0,5	2,3	4,1	3,3	2,4	2,3	-	-	-3,4	-3,5	58,2	58,6	57,0	55,6	1,2	3,0	-24,6	-22,5
MÉDIA	1,6	1,7	0,1	1,0	3,8	3,7	2,4	2,0	19,3	15,2	-3,5	-3,4	58,1	58,9	57,0	53,1	1,2	5,8	-24,3	-20,0
DESVIO PADRÃO	0,39	0,83	0,96	1,12	0,95	0,67	0,29	0,70	1,12	2,34	0,13	0,16	0,49	3,45	0,72	4,55	0,35	2,24	0,78	2,35

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	nov	dez	jan	2001	nov	dez	jan	2001
BBM	0,13	-	-	-	-	-	-	-
BBV	0,30	0,20	0,50	6,60	0,40	0,40	0,70	9,80
Citibank	0,25	0,20	0,45	6,49	0,68	0,45	0,75	10,02
Fator	0,35	0,30	0,30	-	0,35	0,40	0,45	-
Garantia	0,20	0,20	0,30	6,30	0,50	0,40	0,60	9,80
JP Morgan	0,40	0,30	-	6,80	0,50	0,40	-	9,90
MCM Consultores	0,40	0,30	-	6,80	0,50	0,40	-	9,90
Tendências	0,20	0,30	-	6,70	0,60	0,50	0,80	10,00
Média	0,28	0,26	0,39	6,62	0,50	0,42	0,66	9,90
Desvio Padrão	0,10	0,05	0,10	0,20	0,11	0,04	0,14	0,09

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro	0,13	-0,23	0,35	0,19	0,17	0,74	0,23	1,78	1,77	1,88
março	0,22	0,23	0,15	0,18	-0,05	0,60	0,22	1,74	1,75	1,88
abril	0,42	0,09	0,23	0,13	-0,02	0,32	0,13	1,77	1,81	1,87
maio	0,01	0,03	0,31	0,67	0,69	0,72	0,25	1,83	1,83	1,92
junho	0,23	0,18	0,85	0,93	1,45	0,64	0,21	1,81	1,80	1,93
julho	1,61	1,40	1,57	2,26	2,79	2,48	0,12	1,80	1,77	1,93
agosto	1,31	1,55	2,39	1,82	2,56	1,70	0,20	1,81	1,82	1,94
setembro	0,23	0,27	1,16	0,69	1,09	0,67	0,10	1,84	1,84	1,99
outubro	0,14	0,01	0,38	0,37	0,56	0,45	0,13	1,88	1,91	2,02
novembro	0,32	-0,05	0,29	0,39	0,38	0,57	0,12	1,95	1,96	2,07
dezembro	0,59	0,26	0,63	0,76	0,85	1,15	0,10	1,96	1,96	2,18
Acum. Ano	5,97	4,38	9,95	9,80	12,06	11,57	2,07	-	-	-
jan/01	0,57	0,38	0,62	0,49	0,40	0,78	0,14	1,95	1,97	2,14
fevereiro	0,46	0,11	0,23	0,34	0,31	0,31	0,04	2,00	2,05	2,14
março	0,38	0,51	0,56	0,80	1,01	0,27	0,17	2,09	2,16	2,21
abril	0,48	0,61	1,00	1,13	1,39	0,48	0,15	2,19	2,18	2,25
maio	0,41	0,17	0,86	0,44	0,18	0,49	0,18	2,30	2,36	2,55
junho	0,52	0,85	0,98	1,46	1,96	1,59	0,15	2,38	2,30	2,52
julho	1,33	1,21	1,48	1,62	1,93	1,89	0,24	2,47	2,43	2,59
agosto	0,70	1,15	1,38	0,90	1,13	1,05	0,34	2,51	2,55	2,63
setembro	0,28	0,32	0,31	0,38	0,48	0,75	0,16	2,67	2,67	2,79
outubro	-	-	1,18	-	-	-	0,29	2,74	2,71	2,82
Acum. Ano	5,24	5,43	8,93	7,81	9,12	7,86	1,88	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
mar	0,75	0,57	1,30	-5,37	-0,15	-1,35	0,87
abr	-13,01	0,40	1,06	5,09	-0,76	3,16	0,82
mai	-4,03	0,44	1,19	0,59	2,36	0,79	0,86
jua	10,90	-0,14	0,53	2,96	-0,33	-2,29	0,20
jul	-3,16	-0,93	-0,26	-3,11	-1,55	-2,93	-0,47
ago	2,96	-1,64	-0,96	-1,32	-1,82	0,34	-1,34
set	-9,23	-0,55	0,07	-1,14	1,40	-0,04	-0,23
out	-7,02	0,25	0,90	-1,24	1,12	3,15	0,58
nov	-10,88	0,33	0,93	2,18	2,18	2,36	0,66
dez	14,12	-0,03	0,56	-0,52	4,65	-0,84	0,34
Acum. no ano	18,80	-1,45	6,82	-3,63	1,67	-0,59	3,13
jan/01	15,10	0,02	0,64	-2,85	-2,44	0,18	0,38
fev	-10,28	0,31	0,79	2,35	-0,23	3,52	0,74
mar	-9,65	0,11	0,69	0,83	2,69	5,10	0,39
abr	2,29	-0,34	0,19	2,89	0,80	0,07	0,04
mai	-2,64	-0,18	0,47	11,21	12,36	7,10	0,27
jun	-1,58	-0,33	0,29	-1,44	-2,14	-3,28	0,11
jul	-6,91	-0,73	0,01	-1,46	1,28	3,94	-0,28
ago	-7,92	-0,53	0,21	2,63	0,16	3,52	0,00
set	-17,42	0,36	1,02	13,16	5,76	4,37	0,75
out	5,60	-0,38	0,35	-5,55	-0,10	0,16	0,08
Acum. no ano	-31,64	-1,68	4,75	22,21	18,74	27,09	2,50

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(5)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,68	9,18	9,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	11,00	6,51	43,43	11,66	3,52	8,87	9,61	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	6,98	43,64	11,77	3,58	9,85	9,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	6,92	34,39	11,78	3,25	10,87	10,44	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	10,25	6,87	33,07	9,59	3,10	9,97	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	6,83	35,99	10,04	3,41	9,07	8,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	6,70	30,42	9,32	2,92	9,01	9,23	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	9,75	6,67	32,24	12,08	3,12	10,81	9,14	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,64	30,91	10,09	2,94	9,36	9,36	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,31	30,73	10,47	2,97	11,74	8,98	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan01	9,25	5,45	32,90	8,82	3,10	10,26	8,19	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,15	27,52	8,05	2,65	14,75	7,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	4,75	32,60	8,41	3,11	-	7,20	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	9,25	4,42	31,72	9,09	3,02	15,93	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	3,99	35,82	22,02	3,32	16,46	7,12	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	3,94	32,06	14,78	3,03	20,43	6,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	9,50	3,73	37,81	9,32	3,55	20,11	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	3,50	43,39	6,29	3,85	23,99	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	2,99	38,37	6,09	3,15	24,00	6,66	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out (6)	10,00	2,29	43,21	5,00	3,81	-	7,20	1,0 a 2,6	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Capital de giro, Res. 63, export notes, ACC e desconto de duplicatas: valores referentes a 17/10/01.